

ALVORADA

SEMANÁRIO REPUBLICANO

3.º Ano—N.º 130

Editor, Abel de Vasconcelos Garido

Director e proprietário, A. L. de Carvalho

S. da R., Capitão L. A. Pina Guimarães

Redacção e administração, Rua da República

Guimarães, 15 de Maio de 1913

Comp. e impressão, Tip. Minerva Vimaranesa

A IMPRENSA NO TRIBUNAL

O que se passou no julgamento de terça-feira faz tristeza, pois a maioria dos júris, em regra, é formada ou por quem tem os olhos fechados e não vê, ou por quem, tendo-os abertos, não quer ver!

Há dez meses publicamos, neste ornal, a seguinte noticia:

«Realizou-se no tribunal judicial desta comarca o julgamento do autor dumas cartas insertas no n.º 55 e seguintes da *Alvorada*, na qual se faziam acusações graves ao sub-chefe dos impostos do Estado, neste concelho, o sr. Narciso Escobar.

Presidiu à audiência o sr. juiz Pinto de Rezende, delegado o sr. dr. Miguel Tólim, e por parte da defesa o advogado dr. Eduardo de Almeida.

Lidas as peças do processo e mais documentos juntos, procedeu-se ao interrogatório das testemunhas de defesa—um grupo de comerciantes e vendeiros.

Seguidamente vieram as de acusação, entrando-se por fim nos discursos. O delegado fez uma síntese do processo, terminando por afirmar que, à vista das provas aduzidas, o funcionário arguido sr. Narciso Escobar, **lesou o Estado**, embora lhe quizesse parecer que não houve má fé.

O advogado, usando da palavra, desenvolve e mostra com eloquentes e iniludíveis provas a culpabilidade do funcionário respectivo, demonstrando, com dados fornecidos pela Fazenda e Câmara, que o Estado tem sido **lesado em mais de 10 contos de réis!**

Fazendo entrega dum quesito ao júri, o meretíssimo juiz fez-lhe ver o aspecto da questão, significando-lhe que se denunciava não ser o funcionário escrupuloso, pois parecia dispensar **um certo compadrio** em detrimento dos interesses do Estado.»

E esta noticia terminava por verberar a solução do júri que, sem respeito pelas altas e moralizantes prerogativas, condenava o autor da campanha saneante à cadeia e à multa.

Este, em face da revoltante e inesperada decisão, recorreu, até que no Supremo foi mandado que se procedesse a novo julgamento.

Vejam, com serenidade, o que foi esse julgamento. Depuseram as mesmas testemunhas de defeza e as mesmas de acusação. As testemunhas de defeza eram, portanto, comerciantes e vendeiros; e se esta qualidade ou circunstância não lhes tira a virtude de serem homens capazes de defenderem a verdade, o certo é que com dificuldade se encontra, neste caso, quem a defenda, ainda mesmo em detrimento dos seus interesses

de lojista, pois é para atender que o sub-chefe dos impostos ainda é o sr. Narciso Escobar. Mas... adiante. As testemunhas de acusação eram: o director deste jornal, que foi ali afirmar, com energia, que cada vez mais se convencia quão justíssima tinha sido a campanha aberta neste jornal, com o seu pleno assentimento; o sub-chefe dos impostos camarários, que ali foi, embora ofendido algumas vezes pelo... reu, apontar factos e apresentar argumentos demonstrativos da evidente falta de escrupulos do sr. Narciso Escobar; e ainda um ex-chefe dos mesmos impostos camarários, corroborando no mesmo sentido do segundo.

Agora esta prova, haviam, junto ao processo, documentos por onde se podia facilmente verificar como não era improcedente a acusação feita ao funcionário do Estado, sr. Narciso Escobar. Bastava confrontar o rendimento dos impostos cobrados pela Câmara com os que, nos mesmos casos, haviam sido cobrados pela Fazenda.

Isto, porém, não teve, pelo visto, grande significação nem para o júri nem para o sub-delegado a representar o Procurador da República, pois uns e outros—condenaram o autor da campanha de saneamento e de alta moralidade!

Como se viu no primeiro julgamento, o ilustre delegado do Procurador da República, tendo folheado, lido e estudado todo o processo, afirmou, não no intuito exclusivo de acusar, pois não é essa a sua função, mas de fazer transparecer a verdade, **só a verdade**,—afirmára, dum modo nítido, que à vista de provas aduzidas no processo e ainda no julgamento, o referido funcionário havia efectivamente **lesado o Estado**, embora sem má fé!

Pois senhores: o sr. sub-delegado dr. Albuquerque Dias, em vez de conduzir as testemunhas no sentido de mais elementos de acusação ou de defeza fornecerem ao tribunal para que este, representado pelo júri, decidisse depois com imparcialidade e com melhor conhecimento de causa, ou, em caso de dúvida, por falta de tempo para compulsar o processo, se limitou ao sacramental «faça-se justiça»,—em vez disso fazer, tomou para si todo o papel dum acusador, já atacando as testemunhas no generoso e louvável intuito de as ver naufragar, já terminando por, atabalhoadamente, sem uma palavra sobre o processo, pedir a condenação pura e simples do autor da campanha!

Nós mantemos com s. ex.ª, desde os seus tempos de académico, relações a que devemos chamar de cordealidade; perdoe, porém, s. ex.ª: mas o papel que a si chamou nessa tarde de julgamento da imprensa, foi... dos que não fazem abrir bem uma carreira!

Do júri... nada temos que dizer. Digamos tam sómente que é uma instituição altamente simpática, que representa uma das mais belas e sublimes conquistas da vontade popular... mas que, infelizmente, desgraçadamente, nem sempre sabe ou quer fazer justiça! Foi o que sucedeu, mais uma vez.

Notemos, todavia, este pormenor: o júri nem sequer resalvou o quesito onde se punha a questão de não haver intenção criminosa! Para ele, para a sua maioria, houve, sim, intenção criminosa—estando, pois, nós em profundíssimo erro quando dizemos que essa campanha teve em vista sanear, acabando, quanto possível, com certos «compadrios» na cobrança dos impostos fiscaes... como, a despeito da resolução do júri e da atitude do sr. sub-delegado, **felizmente acabaram!**

Foi uma testemunha de acusação, note-se, quem ali forneceu esta prova!

Perguntem-no ao sr. Padre Ramalho, a quem o sr. Araújo declarou que depois destes factos não podia conservar tam baixa a sua avença pela venda de azeite!...

Mas porque preço e amargos de consciência não ficou esta conquista!...

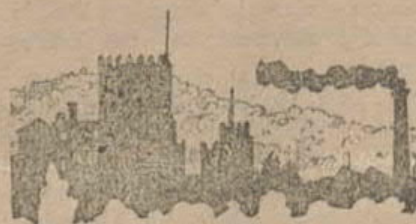
O idealismo contemporâneo

Cortez, gentil, reverente,
Um poeta beijou-te a mão,

Ficaste a impar de contente
Porque a coisa pareceu
Um sinal de distinção

«Se a mão dela aos lábios chego,
Chego aos olhos os aneis.
Ai, filho! Postos no prego,
Davam um conto de réis!»

(Do Canto da Cigarra).



NOTAS E FACTOS

Amostras

Da carta do sr. José de Alpoim para o «Janeiro» de terça-feira recortamos:

«Da antiga e linda cidade de Guimarães, tão docemente emboscada de verduras, recebi duas cartas que me obrigam a resposta. Uma, é anónima; outra assina-a um padre que deve ser simples e bom. A primeira é feita, juro-o, por um familiar da casa, que ali havia, de jesuitas: espuma, ódios e tamanhos que folga com a morte de pessoa minha querida. Conservo-a. Refere-se até com afecto áqueles padres. Talvez um dia

encontre quem a escreveu; não o digo como ameaça, porque a minha alma não pode com retaliações e ódios; mas para lhe perguntar, rosto a rosto, se o seu Deus misericordioso lhe ensina a ter no coração tanto rancor e maldade. Lembrei-me de pedir, ao meu querido amigo Joaquim Pacheco, que deixasse publicar a a fotografia dessa carta, porque a letra deve ser conhecida na terra, ou, ao menos, o envelope onde vem a marca de Guimarães. Mas para quê? Da gente atreçada aos padres da Companhia tudo deve esperar-se.»

Como comentário... nada.

Jornalismo... de rapazes

A divertida gasetta dominical que tem secções tratadas com um espirito muitissimo pitoresco,—bem de certo mantidas no propósito de derrancar o gosto aos seus leitores da grande circulação,—lembrou-se de fazer raspão das lições civicas ministradas por dedicação patriótica por um official do exercito ultramarino. E a gente ao ver: dum lado um militar que, não obstante estar reformado, se prontifica, gostosamente e sem remuneração alguma a prestar um bom serviço ao seu pais; do outro lado uma gasetta que se não peja de dizer babuseiras desse mesmo acto que, a não merecer-lhe algumas palavras de aplauso, devia, pelo menos, cingilo a um bom silencio,—ao vermos isto, perguntamos a nós próprios até onde irá a petulância soez e malcriada deste jornalismo... de rapazes!

«Ou eles pensarão que a galeria tem sempre o mesmo riso?!...»

Balas... de ricochete

Os jornais estrangeiros, em côro de lamentações com certa imprensa do país, não se cança de fazer atilada campanha contra a República, aproveitando-se dos casos ainda os mais mesquinhos e estranhos a ela para a guerrear, como são esses desacatos feitos às coisas sagradas.

Alpoim, que não é leigo em factos históricos, escreve, a propósito, que o ódio não deve antepor-se à justiça, e lembra as muitas profanações de igrejas, os horribéis esparzimentos das hostias consagradas pelo chão dos templos e os roubos de sacrários cometidos no tempo da monarchia.

Lembra mais—porque há gente muito esquecida—que quando se impiantou a monarchia constitucional se saquearam os conventos, se arrombaram os tabernáculos, se incendiaram as igrejas, se assassinaram a tiro e a faca pobres sacerdotes, velhos, indefesos, e cita factos de várias épocas, que nos fazem arripiar e bendizer, pelo confronto, o regimen que felizmente timoneia os destinos da pátria.

Farmácia

Encontra-se aberta no próximo domingo a farmácia Dias.

UMA HISTÓRIA CURIOSA

158\$840 réis sal-vos... dum «naufrágio», vão ser entregues à simpática instituição da Creche!

Era duma vez—há vinte anos, perto disso—, uma irmandade erecta na igreja de Santa Clara, de Guimarães. Por esse tempo, então, as irmandades e confrarias, que ainda eram a única forma de associações conhecidas e recomendadas entre nós, não era difficil encontrar as classes e os officios nelas representadas, estando nesse caso—a irmandade dos alfaiates. Os seus fundos, dizia se, não eram grandes, tão grandes que se pudesse dar-lhe o titulo de irmandade rica; mas, poucos ou muitos, foi por causa deles, desses fundos, que uma sindicância houve de ser movida aos seus mesários—isto há perto de vinte anos—embora naturalmente o resultado da sindicância viesse a demonstrar que o adiantador... era um só!

Nestas circunstâncias, o bom senso... e a malandrice, aconselhou-os a abandonar as mãos da autoridade administrativa, que sindicava,—todos os dinheiros possíveis e mais tralha irmandadeira. Calou o administrador, (temos-lhe aqui o nome debaixo da pena) calou a imprensa, calaram, por último, os «irmãos»... t'ê que a República se fês e nós houvemos conhecimento do facto, prometendo então salvar alguma coisa ainda do naufrágio. Para isso peticionamos, falamos, escrevemos a toda a gente e sem cansaço, não já pelo que havia a salvar, mas pelo prazer... de salvar. Sucede isto a quem faz campanhas por brio e em obediência à verdade, contra os traficantes impunes.

Nesta disposição, o nosso primeiro pensamento foi conseguir levar esse dinheiro para a Associação de Classe dos Alfaiates; uma legal disposição de lei, obistou, porém, que se realizasse esse nosso bom desejo. Sugeriu-nos, de seguida, o Asilo de Santa Estefânia. Manifestado este nosso propósito, viemos com esmagadora surpresa a saber—sacratissimo escrupulos!—que o Asilo não receberia esse dinheiro!!!

E' certo que pouco tempo depois eles mudavam de resolução. Simplemente, pela parte do jornal, outra resolução se havia igualmente tomado, e era esta:—que eles por si o conseguissem!

Ora, mas para que havemos de esticar mais o conto! O dinheiro vai ser entregue à Creche Vimaranesa, segundo obsequiosamente nos acaba de participar o digno administrador do concelho, nosso amigo Guilhermino Alberto Rodrigues, em quem encontramos a melhor boa vontade para a solução deste caso.

—E a irmandade?—perguntarão católicos devotos.

Essa, foi dissolvida com todas as honras do rito official, visto que os «irmãos», ainda vivos, não

CARTAS LITERÁRIAS

O JOÃO "BICHO,"

«Vocês não se lembram do «Bicho», um coxo, que cantava nas festas e era lampianista — ao tempo em que ainda a gente comprava petróleo ao meio quartilho?»

O «Bicho»?... Não se lembram?

Pois lembro-me eu. Era um homenzinho meio de altura, largo de ombros, desarticulado de uma das pernas e com suissas e bom humor, que ninguém excedia no poder de encher de alma tradicional a festada de uma rifa, ao domingo, na Cantonha ou no Pescocinho.

O «Bicho» baireiro!

Quando caminhava, quebrando sobre um lado, tinha o seu quê do fadista no jôgo baixo da navalha, bamboleando a perna; porque o «Bicho» caminhava por música, a dois tempos: — agora um movimento esquerdo, de equilíbrio sobre a ilharga, e logo num outro, bambo e dançado, adeantando e descendo o joelho direito... como para passar a navalha, numa escovinha velhaca.

Mas o «Bicho» — eu o juro — nunca esfaqueou; era um homem honesto.

Há bons anos, já, que o «Bicho» morreu... Bom homem, a terra lhe seja leve!... Porque na poeira dos tempos, que tudo envolve, também a sua figura caricatural se apagou, se perdeu — a sua figura que era a alma viva das festas domingueiras.

Como quer que fosse, porém, eu sonhei com o «Bicho» esta noite. E vieram-me saudades dele, senti-o vivamente animado na minha memória — tive-lhe, emfim, um pouco dêste afêto que vai de mim, a toda a hora, para as carinhosas figuras do passado.

E vai daí — como êle devia dizer — resolvi animar a figura pitoresca do «Bicho» à luz duma evocação pública, em quatro linhas de literatura, envolvendo-lhe o corpo meio e largo (que daria a Garam d'Ache uma ótima página caricatural) na côr verde doirada de uma atmosfera de estio canicular — o período do ano em que êle melhor tocou e cantou o seu adorado estribilho:

Ai, adeus, é regalar!...

O «Bicho» era um homem fresco e alegre, um desses «frascos» humanos de onde a alegria de viver nunca pôde evaporar-se, mas vive sempre, inalterada, para resistir, pelo menos, tanto quanto o «frasco» resista. Caminhando ligeiro — *quebra atrás, apanha adiante*, como dizem os garotos — raro usava casaco, sempre agitado na sua faina com as mangas da camisa ao vento e a mão sempre posta na aba do chapéu baireiro, para o tirar atrás, num cumprimento humilde.

— Ser'Antoninho. Criado de vossa senhoria.

Mas do «Bicho», o melhor, era a sua orquestra.

«Pensam que o «Bicho» não teve, porventura, a sua orquestra? Teve-a, sim, senhor; e, pelo menos, das mais conhecidas.

O seu homem da rabeca era um sacristão de Santa Eulália de

Fermentões (1), um magro, de cara rapada, que, ao contrário do «Bicho», sendo da aldeia vestia à moda da cidade, quasi como um operário. O do clarinete era do Carvalho, um homenzarrão, espécie de S. Cristóvão magro e agudo, que tocava e enterrava a cabeça entre os ombros. Os outros (sempre os mesmos, em todas as festas), tocavam à viola e aos ferrinhos. E então, sempre na extrema esquerda da primeira fila, dirigindo, com a viola sobre a camisa alvaçada, da barriga, e a perna fanfa a tomar poiso deanteiro, o «Bicho», o excelente «Bicho», que era o regalo das festas no Pescocinho e na Cantonha.

Aos domingos, em Julho e Agosto, depois que o povinho e a meia tijela elegante, saídos da missa do meio-dia, em S. Francisco, tinham já abancado à mesa em frente do cosido, ouvia-se ao longe, no quasi abandono e silêncio das ruas, a essa hora abraçada e da refeição tranqüila, um clarinete que vinha floreando com bucolismo, no ar doirado e calmo, o seu motivo alegre e belo, que parecia estar desafiando as águas soltas de uma azenha, no seu primeiro impulso contente e luminoso. A mesa, então, o talher parava sobre o prato, como ipnotizado. Ao longe, cada vez o eco ribeirinho se fixava mais e resultava em melhor cadenciado. E, logo após os primeiros momentos do anúncio do clarinete, os outros instrumentos começavam a aparecer, a distinguirem-se, cadenciados — primeiro, os ferrinhos; depois a «lagosta» do S. Cristóvão do Carvalho; e logo em seguida uma voz, uma canção em desgarrada, toda a alegrar a terra e toda embebida na tradição, subindo esgançada de sobre a viola do «Bicho», que lá vinha, na sua extrema esquerda — *quebra atrás, apanha adiante* — de colete desabotoado, a jaqueta ao ombro e as suissas pentiadas cantando com a capela dum ôlho fechada.

Ai, adeus, é regalar!

Ai, adeus, é regalar, que se regala o meu peito!

E logo as violas, em frente dos curiosos que largaram da mesa para as janelas, de guardanapo caído, para as ouvirem, volteavam, com cadência:

— Tom, tom, tom, tom tom!...

E a rabeca, a estremecer:

— Chi, ri, vi, ri, vi, ri, vi!...

E os ferrinhos, repenicando:

— Tim, tim, tim, tim, tim!...

E o «Bicho», de chapéu na coroa da cabeça, de perna fanfa e a viola sobre o bôjo da barriga, voltava ao naipe:

Ai, adeus, é regalar!...

O diabo do homem... que me fêz saudades!...

Alfredo Guimarães.

(1) Este homem ainda é vivo.

N. A.

Uma opinião sobre a crise dos fabricantes de couros de Guimarães.

Com prazer li a iniciativa que o seu jornal teve em averiguar a causa da crise porque atravessam os fabricantes de Guimarães, tanto mais que ela foi devidamente notada pelo fabricante mais novato no artigo, mas cuja inteligência e boa vontade de acertar não pode ser discutida.

Como sempre me tem interessado este artigo, que por minha felicidade ou infelicidade sempre me tem acompanhado, não posso por isso, deixar de aproveitar esta ocasião para lhe dizer o meu modo de ver; e faço-o por entender que de alguma coisa servirá para o futuro.

O mal porque sempre infermou o nosso industrial, e neste caso está o que vimos tratando, é da preparação para desempenhar tal lugar. Dirão, talvez, para rebater esta minha opinião, que os fabricantes antigos ganharam bem dinheiro. E' certo, mas também é verdade que a indústria antigamente não requeria o saber e a preparação de hoje.

A crise, no meu modo de ver, deve-se, muito principalmente, ao fabricante e ao Estado, e, por último, ao operário.

— Ao fabricante, porque o seu fim é unicamente vender sem fazer contas e bater o record de vender barato, defendendo tudo e todos menos os seus interesses; e um caso vou narrar que justificará este meu modo de ver.

Há quatorze anos, por ocasião duma crise parecida com a presente, instituiu-se, no Porto, uma Companhia, (Correia Leite, Rios Fonseca & C.), banqueiros, de cuja probidade não se pode duvidar. Esta firma propunha-se fornecer ao fabricante capitais, por conta das suas fazendas, ao juro de 6%, pagando-se-lhe, depois, a comissão de venda de 3%, como é costume dar-se ao comissário.

Esta medida era de um grande alcance para os fabricantes, porque os defendia do comprador, que só entende que faz boa compra quando tiver a certeza de que o fabricante perdeu dinheiro.

A frente desta firma estava um homem honradíssimo, conhecido em todo o Guimarães. Pois querem saber o resultado? Foi essa firma perder o melhor de 15 contos de réis, em dois anos, e por culpa de quem? Dos próprios interessados que, à viva força e por todos os meios, trataram de desvirtuar as boas intenções de aquela firma, ora vendendo ocultamente fazendas, ora mandando as fazendas torpemente escolhidas e, algumas, em tal estado, que deram grandíssimo prejuizo, depois de os respectivos fabricantes estarem bem garantidos. Isto é defender os seus interesses?

— Ao Estado, porque é inegável, e isto é visto por todos, que o Estado, (os antigos governantes), nunca olharam para o industrial, como se faz na Alemanha, país por excelência, onde esta indústria é mais florescente. Naquela nação o fabricante tem o seu crédito e sobre êle retira dinheiro a 4%; não são descontos, é dinheiro sob o seu valor individual; e nós, desgraçadamente, só o conseguimos ao juro de 4%, ao mês, tabela de agiota, e com três e quatro nomes de garantia. Por isso, justifico, que a culpa é do Estado que em nada favorece o industrial.

— Ao operário, porque tratando de tudo, menos das suas reivindicações não quer saber, por desleixo, de modernizar o fabrico. Por isso eu digo: a culpa é, positivamente, destas três entida-

des: industrial, Estado e operário.

Há crise? E' certo; mas crise há em todo o mundo e sempre a houve. Mas por isso mesmo é que os interessados se deviam defender.

«Que nos importa que a matéria prima, como couros, casca, óleos, etc., etc., encarecessem? Se os fabricantes se prevenissem com as fazendas em fabrico, aumentando de preço? Mas não... Até ao último couro, êles vão cedendo à pressão do negociante; e quando acordam, que é o termo, é já tarde. Estão sem fazendas, sem dinheiro, sem crédito, sem coisa alguma.

Por isso repito: esta crise podia ter-se evitado muito simplesmente, lucrando o industrial, o Estado e o operário.

Por último, e para terminar, rebato a única coisa que resta, que é a falta de pelaria.

Não concordo. A meu ver, o que há é uma diferença extraordinária entre o preço do couro por curtir, que subiu 40%, enquanto que o curtido subiu 10% e, em certos e determinados lotes, conserva o mesmo preço.

«Haverá alguém que arrisque os seus capitais em tal empresa? Creio que não. E, por isso mesmo, os fabricantes, que dispõem de meios, estão retraídos à espera que se faça a selecção. E' isto que não sofre dúvida. E' certo e positivo.

Lisboa, 7 de Maio de 1913.

Assinante e amigo,

Lino Teixeira de Carvalho.

Depois do chocolate...

«Não falta quem diga que, se os intendimentos comessem, havia de ser chocolate».

Padre Manuel Bernardes.

Parece reclamo — mas não é. A casa que vende e serve chocolate, não precisa, não carece de gastar receita em anúncios. Conquistou o mercado. Entrou nos nossos hábitos, de todos se fez familiar. Será, por tal caminho, uma fortuna.

Não se calcula!...

Se era da costureira tomar-se o braço dum amigo e fazer-lhe o convite para entornar um copo de vinho... em cavaco, tal uso reverteu, — passou inteiro para o peitoral da casa de S. Dâmaso.

— Vamos ao chocolate?

— Já foste ao chocolate?

«E isto é distinto, é superior, é de bom tom!»

Em verdade, o copo de vinho era mais nacional, mais português. O chocolate é artigo de contrabando; é de uso espanhol. E que uso!

«Era outrora, diz-nos um escritor, tamanha a paixão dos espanhóis pela solene bebida, que em uma terra de Castela, para maior regosijo dumas bodas, mandou o noivo fazer uma fonte de chocolate, que correu todo aquele dia publicamente, para todo o povo».

Pois essa fonte, agora, é em S. Dâmaso. «E espera-se a vez... tanta é a clientela que ali ocorre para tomar a nutriente, a fortificante, a deliciosa, a agradabilíssima bebida!»

Se em Espanha se tomava chocolate nas igrejas, à hora da comunhão, como rezam as crônicas, entre nós toma-se agora chocolate, todos os dias, depois da ceia ordinária, da ceia em família.

E os que ali não vão bebê-lo, — depois de verificarem, de visu, a sua manipulação sem mistura, — é quasi certo que ali o mandam buscar para o apreciarem, com estalinhos de satisfação, no club, em casa... muitas vezes para curtir uns ameaços de gripe.

Numa palavra: A casa do chocolate é hoje o rendez-vous da moda.

Toma este braço, leitor amigo, e vamos ao chocolate.

Nada de cerimónia. E' preciso ser do tempo.

RESPOSTA... À LETRA!

Esclarece o sr. Alfredo Pimenta que as «infâmias» que lhe foram dirigidas e que este jornal «não teve a hombridade de repelir», não vieram publicadas na «Alvorada», mas que correram por aí, em manifesto, — sem precisarem da nossa licença — a quando da visita do sr. António José de Almeida a esta cidade.

Depois dêste esclarecimento, a nossa resposta a pouco se limita, e é esta:

Vimos êsse manifesto que então por aí circulou, sem o nosso voto nem o nosso protesto, e, da sua leitura, o que então deduzimos é que se tratava de exteriorizar uma opinião antiga do ilustre chefe evolucionista — opinião que o mesmo, mais tarde, em conjuntura diversa, afirmara só poder perfilhar com reserva mental... E se é certo que nesse manifesto se lia uma alusão copiada dos jornais adversários do sr. dr. Alfredo Pimenta, e a êste dirigida, a verdade é que nós ainda agora ignoramos o que essa frase feita significa de infame e de calunioso para o carácter do nosso conterrâneo!

Mas se isto sucedia connosco — e, portanto, a nada nos obrigava a consciência, visto que aos nossos olhos se tratava duma mera frase de picuinha política — outro tanto, de certo, se não daria com seu irmão Rodrigo, morador, ao tempo, nesta cidade, imerso, demais a mais, à data, numa apavorante actividade jornalística.

«Porque não o fês êle, que nisso, louvado seja, sempre tem sido zeloso guarda?»

Não houve, pois, devemos acreditar, «infâmia» nem «calúnia»; a não ser que tenhamos de constatar que Rodrigo Pimenta não tivera a hombridade de repelir e castigar a ofensa! «Sim, porque se o sr. dr. Alfredo Pimenta, «por decôr próprio», como declarou uuma gazeta local, não podia responder — por êsse mesmo decôr próprio competia a seu irmão dar aos detractores essa resposta!

E' esta a lógica.

«Que nos dirige mais o sr. dr. Alfredo Pimenta na sua carta? Isto:

«Que não fôra desprimoroso com a «Alvorada» devolvendo-a sem agtadecer a sua gratuidade, visto que se considerava com direito de a receber, desde que para ela dera o seu nome e a sua colaboração, quando ela, acrescenta, «em vez de ser órgão de jacobinos, era um jornal correcto e sereno».

Scientes.

Há, todavia, um pequeno reparo a fazer... para que o sr. dr. Alfredo Pimenta fique sabendo que continua de pé o seu agravo.

O caso é êste: a «Alvorada» é, desde o Congresso de Braga, «órgão dos jacobinos», conforme quer o sr. dr. Alfredo Pimenta; e, sendo assim, o nosso jornal tornou-se, desde êsse momento, um jornal *nada correcto, nada sereno*, quasi... — «quem sabe o que lhe ficou por dizer?»!

Pois bem; o Congresso que fez perder-nos, a seus olhos, todas as boas qualidades, virtudes e merecimentos, foi em Abril de 1912, e o sr. dr. Alfredo Pimenta só nos devolveu o jornal em Abril de 1913!

«Donde se prova, em face do exposto, que se alguém há que deixou de ser «correcto» e mais «sereno» — êsse alguém não é a «Alvorada», mas o sr. dr. Alfredo Pimenta, articulista tremebundo da «República».

E disse.

quizeram assumir as responsabilidades da célebre sindicância agachada.

«E a Santa?» — volverão os mesmos. A Santa... olhem: foi atirada ao pó e ao arañço pelos padres do extinto seminário.

...E vamos descançar!

Cinematógrafos:

No Teatro D. Afonso e Salão Artístico, todos os domingos, com sessões variadas.

UMA INICIATIVA DE ALCANCE NACIONAL

Da Redacção de «O Século» recebemos a circular que gostosamente transcrevemos, pois representa uma alta e patriótica iniciativa que bem vale a ponderação e o esforço de quantos se interessam pelo futuro e progresso deste país:

«Para realizar a obra da regeneração nacional por que todos os portugueses aneiam com todo o seu fervor patriótico e em que a República tem posto todo o seu empenho, indispensável se torna, antes de mais nada, conhecer os recursos e as necessidades do país.

Precisamente porque esse conhecimento exato não existe, todas as boas intenções dos poderes públicos naquele sentido se tem inutilizado. E' que as necessidades do país não são as mesmas do norte ao sul, e os interesses variam, muitas vezes, de região para região. Daí o prejuízo de se tomar providências gerais para todo o país; daí o prejuízo de se decretar uma medida para todo o país em geral. Além disso, obras de fomento há que se poderiam realizar facilmente se se conhecessem os recursos das regiões que as reclamam, como, por se não ter esse conhecimento, por mais de uma vez tem sucedido ter-se de interromper outras que foram empreendidas. E, na verdade, como se poderá legislar proficuamente, executar vastas reformas, empreender os melhoramentos que o atrazo manifesto do país urgentemente exige, solucionar, a contento geral, questões as mais variadas que se prendem à vida e à prosperidade da nação, se se ignora absolutamente as condições das regiões em que essas providências mais directamente se farão sentir?

Quantas leis tem sido decretadas que caíram em desuso ou que não chegaram mesmo a ser postas em execução, por não responderem às necessidades que as criaram ou por não estarem de acôrdo com as condições do meio e grau de educação do povo a que se destinavam? Nestas condições, óbvio é que todos os esforços e boas vontades empregadas no ressurgimento económico do país, no aumento das comodidades da população, resultarão estérteis.

Importa, por conseguinte, antes de meter ombros à louvável tarefa da reconstituição da pátria portuguesa, inquirir de cada região o que deseja, o que possui e o que pode realizar; ouvir as reclamações de cada localidade; estudar os problemas vitais de cada distrito; e só depois d'esse exato conhecimento da vida nacional em todos os seus aspectos, pela fixação das necessidades, dos recursos e da contribuição material e de esforços de cada região de per si, se poderá empreender essa obra com prováveis de êxito.

O Século, tomando a iniciativa de promover esse inquérito ao país julga concorrer do melhor modo para a realização d'esse almejado ressurgimento nacional, facultando aos governos e ao poder legislativo os elementos de estudo indispensáveis para levarem a bom termo a tarefa que lhes pertence.

O meio que escolhemos para esse inquérito é o da realização de congressos regionais ou melhor, distritais, que serão como que pequenos parlamentos onde os delegados das diversas corporações, colectividades e classes do distrito discutirão os problemas que dizem respeito à região e que interessem à sua prosperidade.

As comissões distritais organizadoras d'esses congressos, que deverão funcionar nas sedes dos distritos administrativos, deverão, por sua vez, escolher comissões

concelhias que estudarão as questões compreendidas no programa dos trabalhos.

Eis, Ex.^{mo} confrade, resumidamente expostos os intuitos e o plano de inquérito que ao país O Século pretende fazer e que vem submeter à sua esclarecida apreciação, esperando encontrar no patriotismo de V... a cooperação indispensável para a sua realização, já fazendo interessar nesta iniciativa os habitantes dessa localidade, já apresentando-nos modificações ou aditamentos ao plano por nós esboçado para que mais proficuo seja o resultado do empreendimento, já ainda esforçando-se por obter a adesão das colectividades e das pessoas dessa região de reconhecido valor, de bom conselho e de nunca desmentido patriotismo, sem diferenciação de côr politica e de crenças.»

A Federação das Associações Operárias de Guimarães dirige ao governo uma representação-protesto.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro das Finanças

As leis tributárias devem ser interpretadas no sentido mais restrito, e por esse facto devem incidir sobre aqueles que, possuidores de maior ou menor capital, lhes advenha consequentemente a posse de rendimentos proporcionais ao mesmo capital e sobre esse rendimento recaiam as contribuições determinadas na lei.

O mesmo princípio deve também ser aplicado a todos os que, muito embora não possuindo capital determinado, exercem, contudo, emprêgos ou profissões largamente remuneradas.

Mas o que por princípio algum pode admitir-se é a inclusão das classes operárias debaixo da mesma ordem de ideias!

Não! Não pode ser, porque seria uma desumanidade revoltante!

O povo trabalhador, aquele que moureja dia a dia o pão para suas famílias e recebe em trôco de tanto esforço, um salário tão diminuto, muitas vezes irrisório, que nem chega para satisfazer a despeza da sua reduzida alimentação, tem ainda de pagar para poder trabalhar, quando nem ao menos tem a garantia d'esse trabalho!

Por demais é conhecida a actual carestia dos géneros mais indispensáveis à vida das classes pobres!

Ainda há bem poucos dias, o tão insuspeito como critério do diário portuense «O Comércio do Porto», referindo-se à carestia da vida portuguesa, escrevia textualmente o seguinte:

E' facto averiguado que o custo da vida aumentou em sensível desproporção com os salários, resultando daí uma perturbação sensível nas condições da existência do povo português.

E é nestas condições que, enquanto o custo da vida aumenta e os salários diminuem, se pretende lançar sobre os miseros salários uma contribuição industrial, que vai forçosamente agravar mais a situação económica da vida operária!!!

E' desumano e revoltante! Contudo, a lei da contribuição industrial de 1896, decretada pelo regimem deposto na gloriosa manhã de 5 de Outubro de 1910, assim o determina!

Pela tabela B dessa lei, as classes operárias de quaisquer artes ou officios, são obrigados a pagarem uma contribuição industrial que varia entre 500 réis a 37000 réis, segundo a classificação das terras para a aplicação da mesma lei, mas acrescentando ainda os adicionais respectivos!

Em algumas terras do país, en-

contra-se já em pleno vigor essa lei tão cruel, e em breve chegará até nós!

Depois, mais uma fatia de pão roubada à pouca razão dos entes que nos são caros!!

E' sempre nobre, generoso e altruista evitar um mal, e grande mal é a aplicação da lei a que nos vimos referindo.

Por isso, as classes operárias de Guimarães, hoje reunidas em sessão conjunta, secundando o movimento de protesto contra a aplicação da mencionada lei, que se está levando a efeito por todo o proletariado português, votaram unanimemente esta representação e a moção abaixo copiada, e esperam, confiadas no espírito democrático das instituições que felizmente governam e dirigem os destinos de Portugal, ser atendidos pelos poderes constituídos, como se contem na referida moção, que serve de base a este documento, pedindo se faça Justiça!...

MOÇÃO

As classes operárias de Guimarães, reunidas em sessão magna, a convite da Federação das Associações Operárias, tomando conhecimento da precária situação em que as vem colocar a aplicação e execução da tabela B da lei da contribuição industrial de 1896, resolvem reclamar do Governo da República Portuguesa a revogação imediata da mesma tabela B, por estar de encontro a todos os princípios democráticos e humanitários.

Guimarães, 6 de Abril de 1913.

VIDA POLÍTICA

Centro Republicano de Guimarães

Reconstituída a direcção deste Centro, filiado no Partido Republicano Português, deu o seguinte resultado:

Presidente, Capitão Luis Augusto de Pina Guimarães; tesoureiro, Abílio Cezar Barreira; 1.^o secretário, Manuel Ribeiro de Sousa Mascarenhas; vogais, João Abreu e Serafim José Pereira Rodrigues; suplentes, Avelino de Faria e Joaquim de Sousa Neves.

Aviso

A eleição das comissões paroquiais republicanas das freguesias da Oliveira, S. Paio e S. Sebastião, (e a que devem concorrer todos os republicanos inscritos no cadastro do Partido Republicano Português.) é no próximo domingo, pelas 13 horas, na sede do Centro Republicano de Guimarães, à rua do Dr. Avelino Germano.

REPORTAGEM

Internato Municipal

Por proposta do Director do Internato Municipal, foi, por unanimidade, nomeado pela Câmara, professor de pintura daquele estabelecimento o nosso amigo Abel Cardozo.

Parabens.

Instituto Médico-Dentário

Vai este instituto portuense estabelecer entre nós uma sucursal, fazendo a sua inauguração já na próxima semana.

O consultório fica instalado num 1.^o andar do prédio n.^o 4, ao Largo da Misericórdia, funcionando todas as 4.^{as} e 5.^{as} feiras de cada semana.

Ciclismo

O «Sport Club Vimaranesense» promove, no próximo mês de Junho, a Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Braga e Guimarães, um passeio ciclista, convidando todos os ciclistas a tomarem parte no referido passeio.

Para tal fim seguem no próximo domingo os srs. Américo Rebelo e Rodrigo Ribeiro, afim de conferenciarem com os seus colegas daquelas localidades.

S. Torquato

Realiza-se no próximo domingo a Pequena Romaria de S. Torquato.

O seu programa é cheio de todos os atractivos que costumam fazer a grande atracção destas festas populares—atracções características no nosso Minho.

Associação N. dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas

CONVITE

Tenho a honra de participar que no dia 5 de Junho do corrente ano tem de reunir-se a assembleia geral ordinária da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, pelas 11 horas da manhã, na sala da Associação, para eleger a mesa da assembleia geral, a direcção e conselho fiscal; e quando nesse dia não se constitua a assembleia com 30 sócios, se reunirá segunda vez a assembleia no mesmo lugar e à mesma hora no dia 8 do mesmo mês considerando-se constituída a assembleia com os sócios que estiverem uma hora depois da marcada de harmonia com o preceituado no Estatuto.

Caldas das Taipas, 15 de Maio de 1910.

O Presidente da Direcção e da Assembleia Geral,

Padre José Custódio F. Pinto.

Atenção

Em um dos últimos números do «Jornal de Notícias», lê-se o seguinte:

Sport

Motoçicletas INDIAN

A moto ideal

A convite do agente das afamadas motoçicletas INDIAN, fomos examinar uma dessas soberbas máquinhas, recentemente adquiridas.

A sua maravilhosa concepção mecânica deixou-nos assombrados e satisfeitos por verificarmos o progresso e perfeição atingidas, e ainda não ultrapassadas, pela fábrica INDIAN, a maior produtora de motoçicletas do mundo.

Efectivamente, o estudo aturado e permanente dos seus construtores, conseguiu eliminar totalmente todos os aborrecidos inconvenientes da motoçicleta, as suas panes vulgares e constantes, que limitavam o seu emprêgo, exclusivamente como sport.

O modelo que este ano lançaram ao mercado, satisfaz amplamente, tanto o sportman, como aquêle que a usa como meio de transporte.

Por engenhosa e sólida disposição, foi-lhe eliminada por completo a trepidação, dando à mat-

cha, mesmo em maus caminhos, a máxima suavidade.

Um dos seus caracteres essenciais é a sua fabricação automática. Uma bomba eficaz, movida pelo motor, distribue o óleo, pelo cárter, «caixa de válvulas» e cilindro da frente.

A lubrificação proporcional ao movimento do motor nunca o deixa aquecer, assim como lhe elimina o inconveniente de sujar o motociclista, como sucede em quasi todas as motoçicletas. O «change-ment de vitesse», o mais perfeito e sólido que temos visto, permite-lhe andar a passo, mesmo nas mais íngremes calçadas.

A sua «embrayage» é progressiva e suave.

Uma «mise-en-marche» sólida e bem construída, permite pôr o motor em andamento sem desmontar e sem colocar a máquina no descanço.

A transmissão é feita por corrente, modernamente usada pela maior parte dos construtores, e reputada a melhor.

Além do magneto blindado «Bosch», válvulas comandadas por um único «excêntrico», lubrificadores, quadro reforçado em toda a extensão etc., juntamos todos os «records» que tem alcançado em Inglaterra, um dêles durante 112 horas, com a média de 150 quilómetros à hora, e concordemos que é a mais perfeita motoçicleta que tem vindo ao Porto.

Este nosso amigo espera brevemente uma remessa de 9 máquinhas, a maior parte das quais já vendidas.

Unico representante, nesta cidade, destas afamadas Motos, Bicycletas Derby e Spring e seus acessórios

Benjamim de Matos

com estabelecimento de fazendas ao TOURAL, 105.

Anúncio

ARREMATAÇÃO

1.^a Publicação

No dia 25 do corrente, às 11,30, à porta do Tribunal Judicial desta comarca, sito na rua do Gravador Molariño, desta cidade, por deliberação do conselho de família no inventário orfanológico a que se procede por óbito de José Ferreira, solteiro e morador que foi no lugar do Outeiro, freguesia de Serzedo, desta mesma comarca, se há de proceder à arrematação, em hasta pública, do seguinte prédio, a saber:

Eido do Enxido com casas térreas sobradadas e telhadas, com duas leiras de horta, ásvores de vinho, castanheiros e laranjeiras.

Está situado no lugar de Ufe, na freguesia de S. Lourenço de Calvos, desta comarca, e foi avaliado na quantia de 180:000 réis, o qual será entregue a quem maior lanço oferecer acima desta quantia, ficando a cargo do arrematante o pagamento de toda a contribuição de registo.

Pelo presente ficam citados quaisquer credores incertos e desconhecidos do inventariado para assistirem à dita praça e deduzirem os seus direitos.

Guimarães, 6 de Maio de 1913.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 5.^o officio,
Eduardo Pires de Lima.

"ADESA,"

MARAVILHA CIENTÍFICA MODERNA

O «Adesa» limpa automaticamente, e por um processo novo toda a qualidade de metais, prata, ouro, joias e pedras preciosas.



Com o «Adesa», podem limpar-se ao mesmo tempo mais de 50 objectos sem ser preciso empregar pós, pomadas ou outros ingredientes.

Com o «Adesa», acabou a fadiga de esfregar um objecto de cada vez para o limpar.

O «Adesa», não contém nem mercúrio nem ácido, é completamente inofensivo.

O processo «Adesa», é o mais limpo e mais barato.

Nenhuma senhora pode dispensar em sua casa o «Adesa», para limpar as suas pratas, e muito principalmente as suas joias, evitando os perigos de as mandar limpar fora.

(O «ADESA» é breveté em todos os países do mundo, e toda a contrafacção será rigorosamente punida).

Depositário e vendedor exclusivo: Em Guimarães

AUGUSTO CUNHA & C.^a

O «Adesa» vende-se em caixas, a começar em 200 rs.

Do Chic da Moda

DE

CAMILO ALVES DE ALMEIDA

12, Praça de D. Afonso Henriques, 13 (Antigo Toural)

GUIMARÃES

Modas, fazendas brancas e miudezas. Especialidade em panos brancos, rendas e bordados para enxovais. Chá preto e verde.

Horário dos combóios

(Rectificado)

PARTIDAS

Para a Trofa

5,54—Diário. Liga, 1 hora depois, com o Pôrto, Minho e Douro, por Ermezinde (P. 8,27) e Póvoa; para o Sul, de Campanhã, às 8, 48.
8,16—Dias úteis—Rápido. Liga com o Pôrto (C. 10, 30), Braga e Valença (P. 8, 45); para o sul (oeste), de Campanhã, às 11,40.
10,49—Idem. Liga com o Pôrto (C. 13,26).
13,29—Diário. Liga, 1 h. depois, com o Pôrto (C. 16,43) e Douro, por Ermezinde (P. 17,12); com Valença, Braga e Póvoa (P. 14,21).
16,41—Idem.—Correio. Liga com o Pôrto (C. 19,28); e Douro por Ermezinde (P. 18,45); com Valença e Braga (P. 18,59); com o Sul, de Campanhã, às 20,25.

Para Fafe

8,21—4.^a feiras e 22,11—Dias úteis.
13,34—Correio, e 16,49—Diário.
21,36—Dom., feriados e dias santificados.

CHEGADAS

Da Trofa

9,44—Dias úteis. Liga com Valença, Braga e Póvoa (P. 5,33).
11,27—Diário.—Correio. Liga com o Minho (P. 8,45) (C. 10,30).
16,41—Idem. Liga com o Minho (P. 14,21) (C. 16,43).
18,51—Dias úteis.—Rápido. Liga com o Pôrto (P. 16,50).
21,29—Domingos, fer. e dias santif. { Ligam. com o Minho (P. 18,59) (C. 19,28).
22,02—Dias úteis.

De Fafe

5,16, 10,30 e 16,31—Correio, Diário, que partem de Fafe às 4,50, 9,43 e 15,35 Domingos. Combóio que parte de Fafe às 12,28.

Apeadeiros

Exceptuando os rápidos, há paragens de 1 minuto em Espinho, Madalena e Covas; e não para em Espinho o combóio que chega às 21,29.

Na linha de Fafe há paragens na Penha e Cepães, e na Areela, aos sábados, há também paragem pelo combóio das 16,49 (ida).

INDICAÇÕES:—Os combóios sem designação são mixtos. As horas entre parêntesis, precedidas de P. e C., designam as partidas do Pôrto e as chegadas ao Pôrto. As partidas de Vizela para Guimarães antecedem proximamente 20 minutos a hora de chegada a Guimarães.

DINHEIRO

Empresta-se sobre penhores na casa penhorista da Rua das Lamelas, n.º 39 a 41 (junto ao tribunal desta cidade), a juro barato.

Seriedade e segredo.

O proprietário,

João Vellozo de Araujo.

Sapataria Vimaranense

—DE—

António José Mendes

5, Rua Dr. Avelino Germano, 9 (Antiga Rua de S. Paio)

GUIMARÃES

Nesta oficina faz-se e encontra-se um grande sortido de calçado, como: botas para homem, com solas de borracha, ditas de «estar-calf» para homem, em preto ou de côr, ditas de bezêrro, preto ou branco, ditas de «chevraux» preto para senhora e um enorme e variado sortido de calçado de luxo para criança, etc., etc.

A PRODUTORA VIMARANENSE

Sociedade Cooperativa das Quatro Artes de Construção Civil—Responsabilidade Limitada

Rua 31 de Janeiro—GUIMARÃES

Esta sociedade operária encarrega-se da execução de quaisquer trabalhos concernentes às artes de pedreiro, carpinteiro, caiador e pintor, para os quais dispõe de pessoal habilitadíssimo, como na prática se há demonstrado, resultando desta circunstância e da seriedade nos diversos trabalhos, grande economia para os Srs. proprietários das obras, atendendo às vantagens de que gosam as Sociedades Cooperativas.

Na sua oficina executam-se quaisquer trabalhos avulsos e a preços módicos.

INTERESSES NO BRAZIL

O Escritório de Direito Internacional, à rua do Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática

de advocacia em Portugal e no Brazil, advogado do Banco Aliança do Pôrto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a Direitos e interesses de portugueses no Brazil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de alugueis, rendas, juros divididos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papéis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Pôrto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral,—rua da Fábrica, 78. Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

Livraria editora
GUIMARÃES & C.

Augusto I. da Cunha Guimarães

Colecção Horas de Leitura

Ultimos volumes publicados (a 200 réis):

22. A Dama das Camélias, de Dumas, filho (4.^a ed. ilustrada)—47. História de um bello, de Escrich (2.^a ed.)—73 e 74. A Obra, de Zola—75. Geneveva, de Lamartine—76. Um filho do povo, de Escrich—77 e 78. O crime do padre Mouret, de Zola—79. Casamentos fidalgos, de Feuillet—18. O Rosquete, de Delfim Guimarães (2.^a ed.)—80. Amor Trágico, de Abel Hermant—81. A Religiosa, de Diderot—82 a 84. Ana Karenine, de Tolstoi.—85 e 86. A besta humana, de Zola—87. O Pescador d'Islandia, de Loti—88. O Refúgio, de Cesar Pôrto.

A Publicar:

Deus e o diabo, de Karr—Fromon Jr., de Daudet.

Colecção Sociológica

(Ultimos volumes publicados (a 300 réis)

VI. A dôr universal, de S. Faure—VII. O amor livre, de Carlos Albert—VIII. O sindicalismo, de H. Leone—IX. A sociedade futura, de J. Grave—X. Palavras dum revoltado, de P. Kropotkine—XI. O capital, de Carlos Marx—XII. Psicologia do militar profissional, de Hamon—XIII. A caminho da união livre, de Naquet.

A sair:

Como falava Zaratustra, de Nietzsche—A grande revolução, de Kropotkine.

Colecção Vitor Hugo

Volumes publicados (a 200 rs. brochado e 320 rs. encadernados)

1 e 2. Os homens do mar—3 a 5. O homem que ri—6 a 13. Os miseráveis 14 e 15. Noventa e três—16 a 18—N.^a Sn.^a de Paris.

A sair:

Bug Jargal—Han-d'Islandia.

Colecção Alegre

Ultimos volumes publicados (a 800 réis)

IV. Histórias garotas, de A. Silvestre—V. Amores e aventuras, de Casanova—VI. Diabruras da mãe Eva, de A. Silvestre—VII. Monstros parisienses, de Catulo Mendés—VIII. e IX. Amores de Fabulas.

ALVORADA

SEMANARIO REPUBLICANO

Preço da assinatura

Ano 1\$200 rs.
Semestre 600 "
Brazil, ano (moeda forte) 2\$500 "
Número avulso 30 "

Preço das publicações

Anuncios e comunicados, por linha 40 rs.
Repetição, por linha 20 "
Permanentes, contracto convencional.
Anuncios, não judiciais, para os srs. assinantes 25 % de abatimento.

ALVORADA

Do Cidadão